



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000377288

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1025218-33.2024.8.26.0564, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante SER GLASS VIDROS BLINDADOS LTDA - ME, é apelado ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MAGALHÃES COELHO (Presidente) E VICENTE DE ABREU AMADEI.

São Paulo, 16 de abril de 2025.

RUBENS RIHL

RELATOR

Assinatura Eletrônica

Apelação nº: 1025218-33.2024.8.26.0564
Apelante: **SER GLASS VIDROS BLINDADOS LTDA - ME**
Apelado: **ESTADO DE SÃO PAULO**
Comarca: SÃO BERNARDO DO CAMPO
Voto: 36.782

APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROTESTO DE TÍTULO - PREPARO - NÃO RECOLHIMENTO - Parte recorrente que, embora devidamente intimada para o recolhimento do preparo recursal, manteve-se inerte - Inteligência do art. 1.007, caput e § 4º, do CPC - Reconhecimento da deserção que impõe o não conhecimento do recurso - **RECURSO NÃO CONHECIDO.**

Trata-se de ação declaratória de nulidade de protesto de título, ajuizada por SER GLASS VIDROS BLINDADOS LTDA - ME em face do ESTADO DE SÃO PAULO, visando obter a declaração de nulidade do protesto de Certidão de Dívida Ativa referente a tributo estadual, sob a alegação de que o referido protesto configuraria sanção política, desvio de finalidade e violaria princípios constitucionais.

A r. sentença de fls. 86/88, da qual ora se adota o relatório, julgou

improcedente a demanda. Condenou a parte autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa corrigido para R\$ 268.530,27.

Inconformada com o desfecho, a autora interpôs recurso de apelação às fls. 93/113, pleiteando a reforma da sentença. Alega, em síntese, que o protesto da CDA é medida desproporcional, com função meramente coercitiva, desprovida de fundamento jurídico adequado, além de representar indevido constrangimento e violação à livre iniciativa. Sustenta, ainda, que a previsão legal que autoriza o protesto seria formalmente inconstitucional por afrontar a exigência de lei complementar para dispor sobre suspensão de exigibilidade do crédito tributário.

As contrarrazões do apelado foram apresentadas às fls. 118/144.

Embora regularmente intimada para proceder ao recolhimento das custas recursais (fls. 150), a parte apelante manteve-se inerte, não adotando qualquer providência tendente à regularização do preparo (fls. 155).

Observado o prazo estabelecido pela Resolução nº 772/2017 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não houve oposição à realização do julgamento virtual.

É, em síntese, o relatório.

Bem examinada a questão posta em Juízo, constata-se que a irresignação recursal não comporta conhecimento, em razão da deserção.

Com efeito, verificam-se dos autos que a apelação foi interposta

sem a devida comprovação do recolhimento do preparo recursal. Em observância ao art. 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil, foi oportunizada à parte apelante a regularização do preparo mediante recolhimento em dobro, no prazo legal, mediante intimação na pessoa de seu patrono.

Todavia, a parte manteve-se inerte, conforme certificado nos autos, não providenciando o pagamento das custas devidas nem justificando a omissão. Destaca-se, ademais, que inexistiu nos autos decisão concessiva do benefício da gratuidade da justiça.

Diante disso, impõe-se o reconhecimento da deserção, uma vez que a exigência legal foi desatendida, obstando, por consequência, o conhecimento do recurso interposto.

Dispõe o art. 1.007 do CPC:

"Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

(...)

§ 4º O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção."

Pelo exposto, o recurso não comporta conhecimento, por manifesta deserção.

Ressalto, em remate, que o presente acórdão enfocou as matérias

necessárias à motivação do julgamento, tornando claras as razões pelas quais chegou ao presente resultado. A leitura do acórdão permite ver cristalinamente o porquê do decisum, sendo, pois, o que basta para o respeito às normas de garantia do Estado de Direito, entre elas a do dever de motivação (CF, art. 93, IX).

De qualquer modo, para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considero prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observando o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de prequestionamento, a abordagem pelo Tribunal recorrido da matéria federal suscitada, ainda que não mencionados os específicos dispositivos legais violados, abre a via do recurso especial (AgInt no AREsp n. 2.292.733/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 19/8/2024, DJe de 22/8/2024).

Deixo consignado, por derradeiro, que eventuais recursos que sejam apresentados em decorrência deste julgado estarão sujeitos a julgamento virtual. No caso de discordância, deverá ela ser manifestada no momento de apresentação do novo recurso.

Daí, porque, em tais termos, não se conhece do recurso.

RUBENS RIHL
Relator